

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2023/034024

RECORRENTE: FABIO VASCO DE SANTANA

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA- SIT

AUTO DE INFRAÇÃO: R002475969

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

Ementa: RECURSO ADMINISTRATIVO À JARI SEINFRA. INFRAÇÃO DO ART. 218, I DO CTB. PEDIDO DE CONVERSÃO DO 267 CTB SOB ALEGAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS COM BASE NA ALTERAÇÃO PROMOVIDA NO ARTIGO 267 DO CTB E DA NOVA RESOLUÇÃO 918/2022 DEIXANDO A CONVERSÃO DE SER UMA FACULDADE DA ADMINISTRAÇÃO E PASSOU A SER UM DEVER, SE PRESENTES OS REQUISITOS LEGAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Relatório

Trata-se de Recurso interposto no intento de afastar aplicação de penalidade imposta em decorrência de infração de trânsito prevista no art. 218, I do CTB, lavrada no AIT nº **R002475969** data 14/01/2023 na **Rodovia BA001 Km 304,7 - Ilhéus /BA**.

O condutor em sua defesa formula alegações que tentam afastar a penalidade aplicada sem, e faz requerimento de conversão de penalidade de multa em advertência por escrito, por alegar preenchimento dos requisitos legais. A autuação foi lavrada em **14/01/2023**, após o advento da alteração legislativa do CTB vigente a partir de **12/04/2021**.

O presente processo encontra-se instruído com cópia do espelho do Auto de Infração de Trânsito (AIT) e do Relatório de Notificação AR – Digital, cópia do auto de infração de trânsito e foto do veículo captada pelo equipamento no momento da infração, e documentos, pelo que coube-me, por distribuição, a análise e relatoria do presente Recurso.

É o relatório.

Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais no que pertine a tempestividade e capacidade postulatória, e presentes todos os requisitos de ordem formal quanto à lavratura do AIT, as argumentações contidas nas razões recursais quanto ao pedido de conversão da penalidade de multa em advertência por escrito **devem prosperar quanto o prontuário do condutor**, no sentido de nulidade da autuação, vez que a JARI não tem competência para modificar a pena aplicada pela autoridade de trânsito, mas deve anulá-la quando, imotivadamente, impõe-se punição mais severa, mesmo quando a lei admite pena mais branda.

Percebe-se que a CNH do condutor fora emitida pelo Distrito Federal, não sendo possível consultar seu prontuário no sistema RENACH disponibilizado pelo órgão autuador, nos termos da mensagem da consulta em anexo. Por esta razão, considerando a alteração da redação do artigo regente da norma, (267 CTB), entendo que deve ser aplicado o benefício com base no sistema interno de consulta do órgão autuador (SMT), por ser a interpretação mais adequada para a Resolução 918/2022 em seu artigo 10 e parágrafos, sendo o esclarecimento do artigo seguinte (artigo 11) é exclusivamente para as infrações cometidas antes de 12/04/2021.

Desta forma, não existindo ato motivado do órgão autuador para aplicação de pena mais severa (multa) em lugar da advertência por escrito, diante de infração de natureza leve ou média e sem o cometimento de outra infração, é um direito do infrator a conversão da penalidade de multa, interpretação que se extrai da redação do artigo 10, § 2º, 3º da Resolução CONTRAN n.º 918/2022.

Entretanto, considerando a consulta ao sistema interno SMT não há outras infrações registradas, contudo, ainda que revele que foram preenchidos os requisitos legais exigidos pelo artigo 267 do CTB após as alterações promovidas pela lei 14.071/2020 e na Resolução CONTRAN n.º 918/2022, entendo que o AIT deve ser anulado, dada impossibilidade de conversão de multa em advertência por escrito por esta JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS – JARI, por faltar-lhe autorização legal, já que é ato administrativo privativo da autoridade de trânsito da SEINFRA SIT, que não se confunde com esse órgão colegiado.

Por tais motivos, considerando que a decisão do órgão autuador não foi motivada para aplicação de penalidade de multa ao invés da conversão em advertência por escrito, mesmo estando presentes os requisitos legais para a conversão, e não tendo a JARI autorização legal para promoção da conversão nos autos do presente recurso, se impõe a declaração de nulidade do AIT e conseqüentemente da penalidade de multa, pelos motivos já declinados acima, quando, desta forma e por estes motivos, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO, pelas razões ora expostas, julgando INSUBSISTENTE o Registro do Auto de Infração nº. R002475969** lavrado contra : **FABIO VASCO DE SANTANA**, determinando seu conseqüente arquivamento.

Resolução

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO**, determinando o arquivamento do Auto de Infração nº. **R002475969** pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 21 de maio de 2024.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA – Presidente

Acioly José Merlo de Araújo – Membro Suplente em exercício – SEINFRA

Aldalice Amorim dos Santos - Membro suplente em Exercício / SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

Regina Helena S. dos Santos - Membro suplente em Exercício - DETRAN

Janaína Nunes Nascimento – Secretária Administrativa da JARI